

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Ilustríssima Pregoeiro Venho respeitosamente manifestar intenção de recurso pela aceitação do item, O art. 41 desta mesma Lei reza que a Administração não pode se afastar e nem descumprir o Edital, notamos ausência da marca e fabricante correto lastpavi solicitamos verificação da fabricação pp ou polipropileno para o mesmo edital não permite alterar marca.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral na Bahia

Recurso Pregão Eletrônico Nº 11/2023

A Empresa ,Gutemberg silva soares escrita sobre cnpj: 48.736.537.0001-40 ,situado na Cidade de Salvador –Ba, e seu Representante Legal Srº ,cpf: 815,123,95-91
Através do site Registra recurso: empresa arrematante: Roma Comercial Ltda CNPJ 21.348.054/0001-12 , nos pontos apresentados no recurso abaixo.

MOTIVOS

1º INTENÇÃO DE RECURSO:

Ilustríssima Pregoeiro Venho respeitosamente manifestar intensão de recurso pela aceitação do item,O art. 41 desta mesma Lei reza que a Administração não pode se afastar e nem descumprir o Edital, notamos ausência da marca e fabricante correto lastpavi solicitamos verificação da fabricação pp ou polipropileno para o mesmo edital não permite alterar marca.

2º RECURSO

não concordamos com aceitação da marca lastplavi,para o item n.4 entendemos que a detentora da fabricação e a fábrica , Plastpavi do Brasil Industria De Embalagem Ltda, CNPJ: 15.246.339/0001-40, Paranavaí - PR

em contato com o representante da empresa Roma comercial, Sr. Rodolpho, não conseguimos identificar ao certo a marca a ser entregue, vale ressaltar a qualidade do produto tem que ser em polipropileno, o que não conseguimos constatar marca plastpavi, no entanto sugiro para administração se preciso for uma diligencia do mesmo peco-lhes deferimento baseado também no edital 4.2.1.1

Consta no edital 4.2.1.1. A ausência da indicação de marca/modelo é uma falha sanável, devendo o Pregoeiro instar a licitante para que preste tal informação, a qual ficará fazendo parte integrante da sua proposta. Por sua vez, fica expressamente vedado, durante o certame, modificar a marca/modelo do produto, por representar alteração da substância da proposta, podendo apenas haver complementação de eventuais omissões, vinculando-se a licitante à sua declaração

Diligências legais e Fundamentos

Quando e com que objetivo devem ser promovidas pela Administração Pública?

A promoção de diligências foi estabelecida no § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Geral de Licitações Públicas e Contratos Administrativos, onde se lê:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: [...]"

3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Portanto, as diligências servem para esclarecer e complementar a documentação de licitante, independente das etapas em que se encontram os processos (habilitação ou proposta). Podem ser usadas pela Comissão de Licitação, ou pelo Pregoeiro, já que são aplicáveis em modalidades licitatórias variadas, incluindo modalidades que não são regidas pela Lei Federal nº 8.666/93, como, por exemplo, o Pregão.

Muitas vezes, os licitantes apresentam documentos sem clareza suficiente, gerando dúvidas sobre se eles se enquadram nos requisitos do edital. Esta é uma típica situação que pede a realização de uma diligência, para que se esclareça a situação.

Em alguns casos, o documento exigido pelo edital é apresentado pela licitante com alguma falha, ou preenche apenas parcialmente

Cabe à comissão de licitação promover as diligências destinadas a esclarecer as dúvidas geradas ou complementar o processamento do certame (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (TCU. Acórdão 3.340/2015 – Plenário. Relator: Min. Bruno Dantas. Data da sessão: 09/12/2015).

A realização da diligência é um procedimento necessário e de interesse da Administração Pública e, ao contrário do que é erroneamente divulgado, não necessariamente de interesse da licitante.

A Administração Pública, interessa certificar-se do cumprimento material, antes do aspecto formal, dos requisitos

exigidos pelo edital das licitantes. Desta maneira, promove-se maior competitividade e de maneira mais qualificada.

Em contrapartida, não é possível utilizar a diligência nos casos de falta de apresentação de documentos exigidos pelo edital, por parte dos licitantes.

artigo 5º Constituição de 1988.

O princípio da isonomia, também conhecido como princípio da igualdade, representa o símbolo da democracia, pois indica um tratamento justo para os cidadãos.

SALVADOR Ba 25 /04 2023

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Conforme diligência feita pelo pregoeiro antes da habilitação, o produto atende ao solicitado inclusive com fornecimentos anteriores.

Fechar